



O tema história do Ensino de História e sua constituição como disciplina curricular

Aline Ewerton de Sousa¹

RESUMO

Este artigo apresenta um quadro teórico sobre o levantamento das teses e dissertações acerca do tema História do ensino de História, com o intuito de se realizar um mapeamento sobre como estão sendo discutidos o ensino de História para a educação Básica. A investigação sobre a História do ensino de História como disciplina curricular da educação básica compõe parte da discussão do texto da dissertação de mestrado na linha de pesquisa em História da Educação em andamento. Metodologicamente, como primeira etapa, buscou-se realizar um levantamento bibliográfico – baseado em teses e dissertações, a fim de identificar, selecionar e fazer uma leitura flutuante acerca do que se produziu e o que se tem pesquisado a nível de Pós-Graduação *stricto sensu* - sobre a temática “história do ensino de História” que guarde relação com o objeto de estudo ensino de História no ensino primário elementar no estado do Pará (1946-1960), podendo assim, contribuir teoricamente com ele. Entre os resultados parciais se destacam a distribuição de investigações no Brasil e as especificidades de cada região, primordialmente, acerca do ensino secundário.

Palavras-chave: História da educação; Ensino de História; Disciplinas escolares

The theme history of history teaching and its constitution as a curricular discipline

ABSTRACT

This article presents a theoretical framework on the survey of theses and dissertations on the theme History of History teaching, in order to map how the teaching of History for Basic Education is being discussed. The investigation into the History of History teaching as a curricular subject in basic education forms part of the discussion of the text of the master's thesis in the ongoing line of research in History of Education. Methodologically, as a first step, we sought to carry out a bibliographic survey - based on theses and dissertations, in order to identify, select and make a floating reading about what has been produced and what has been researched at the *stricto sensu* graduate level - on the theme "history of the teaching of History" that is related to the object of study teaching History in elementary primary education in the state of Pará (1946-1960). thus being able to contribute theoretically to it. Among the partial results, the distribution of research in Brazil and the specificities of each region, primarily regarding secondary education, stand out.

Keywords: History of education; History Teaching; School subjects.

¹ Nota de rodapé contendo breve currículo do primeiro autor, Link do Currículo Lattes e endereço eletrônico.



1 INTRODUÇÃO

Entre debates e discussões, no meio acadêmico da pós-graduação por intermédio das disciplinas obrigatórias ou eletivas, têm-se levantado questões que mencionam as produções científicas e historiográficas em educação acerca das pesquisas que não alcançam a realidade das escolas básicas. Assim, muitas vezes, são desenvolvidas pesquisas científicas que preenchem as lacunas de investigação ainda existentes, mas que não conseguem promover melhorias no cotidiano escolar. O que se observa é que muitas pesquisas permanecem no âmbito de seus objetivos acadêmicos, e quando perpassam essa “parede” não se alcança uma sustentabilidade na prática. No que se refere ao ensino de história, verificou-se que existe, ainda, “uma enorme defasagem entre o conhecimento produzido na Universidade, em grande parte pelo avanço dos Programas de pós-graduação e seus resultados para o ensino de História na educação básica” (Magalhães, 2009).

Sendo assim, tem-se neste artigo a finalidade de demonstrar como estão sendo discutidos no âmbito do ensino de História as produções a nível de pós-graduação (teses e dissertações) em História da Educação para a educação básica, tendo como premissa a história do ensino de História e sua constituição como disciplina curricular como mediador teórico.

Tendo esse texto como parte integrante da pesquisa de Mestrado na linha de pesquisa em História da Educação, no qual se refere a primeira etapa da pesquisa para o desenvolvimento da dissertação, realizou-se um levantamento das dissertações e teses que abordam o ensino de História na educação básica adentro o século XX no Brasil. Estas problematizações dizem respeito a como o ensino de História se mostra no seu processo de constituição como disciplina e na relevância dos seus objetivos de escolarização em cada período histórico.

2 HISTÓRIA DAS DISCIPLINAS ESCOLARES E A CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA EM DISCIPLINA CURRICULAR

Discorrer acerca da história do ensino de História, exige um estudo da história das disciplinas escolares. Mesmo que a História do ensino seja um tema antigo, o estudo de seus conteúdos para o ensino primário e secundário raramente atraiu o interesse dos pesquisadores, limitados a pesquisas mais pontuais (como: um exercício ou uma época). Somente num tempo

mais recente tem se manifestado entre os docentes a tendência a favor da história da sua própria disciplina (Chervel, 1990).

No campo da noção de “disciplina escolar” o historiador é colocado a frente de um problema pouco investigado, pois é aplicada no âmbito do ensino, e mesmo com todas suas evoluções, ainda assim, não foi objeto de reflexão aprofundada nas ciências do homem, e em particular nas “ciências da educação”. Todas as definições dadas para definir disciplinas escolares são extremamente vagas ou restritas, pois não estão de acordo a não ser pela necessidade de encobrir o uso banal do termo, o qual nem mesmo é distinguido de seus “sinônimos”, como “matérias” ou “conteúdos” de ensino, ou seja, a disciplina se resume a tudo aquilo que se transmite para ensinar e nada além disso (Chervel, 1990).

Segundo Chervel, os termos mais frequentes no século XIX para designar os conteúdos de ensino, entre textos oficiais ou não, são as expressões “objetos”, “partes”, “ramos”, ou ainda “matérias de ensino”, o que demonstra a ausência e a necessidade de um termo genérico. O historiador lembra que desde o século XVIII o termo faculdade foi utilizado para designar as diferentes disciplinas, mais precisamente as composições dos alunos nas disciplinas, embora tenha desaparecido nesse sentido no final do século XIX (Chervel, 1990).

Portanto a aparição do termo “disciplina” nas primeiras décadas do século XX veio preencher uma lacuna acerca do seu significado, já que existia a necessidade de um termo genérico, sobretudo evidenciando, antes da banalização da palavra, as novas tendências profundas do ensino, tanto primário quanto secundário (Chervel, 1990).

De acordo com Chervel (1990), o termo disciplina escolar não designa, até o final do século XIX, mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão de condutas prejudiciais à sua boa ordem e parte da educação dos alunos que contribui para isso. No sentido de “conteúdos de ensino” o termo está ausente de todos os dicionários do século XIX, até mesmo do *Dictionnaire de l'Académie* de 1932. (p. 178) Na realidade, Chervel esclarece que essa nova acepção da palavra (disciplina) é trazida por uma larga corrente de pensamento pedagógico, que se manifesta na segunda metade do século XIX, em estreita ligação com a renovação das finalidades do ensino secundário e primário. Faz par com o verbo *disciplinar*, se propagando como um sinônimo de *ginástica intelectual*. É nesse período que marca o começo da crise dos estudos clássicos, que os partidários das línguas antigas começam a defender a ideia de que, na falta de uma cultura, o latim traz ao menos uma “*ginástica intelectual*”, indispensável ao homem cultivado (Chervel, 1990, p. 178).



No sentido de caracterização do ensino de história, devemos situar-nos que a história das disciplinas escolares é relevante por discorrer acerca das definições dadas ao termo disciplina, à medida que se deve ater a buscas equivocadas de “genealogias enganosas”², que identificou o ensino de determinados conjuntos de saberes como disciplinas, quando ainda não estavam nem mesmo estabelecidos com essa nomenclatura. Como esclarece Fonseca (2011, p. 11):

O fato, por exemplo, de os jesuítas ensinarem temas de História em suas escolas nos séculos XVII e XVIII não significa que este conhecimento já estivesse organizado como disciplina escolar, segundo a definição contemporânea que dela temos. A designação utilizada atualmente define como disciplina escolar o conjunto de conhecimentos identificado por um título ou rubrica e dotado de organização própria para o estudo escolar, com finalidades específicas ao conteúdo de que trata e formas próprias para sua apresentação.

Atualmente o ensino de História vive em uma conjuntura de crise da história historicista, resultante de descompassos entre diferentes demandas sociais e a incapacidade da instituição escolar em atendê-las. Esta crise influenciou a própria produção científica que ampliou sua maneira de fazer, pensar e escrever a História na tentativa de superar o modelo tradicional do ensino de História introduzido desde o século XIX. Este modelo, que se difundiu por meio das instâncias da sociedade, ganharam consistência e relevância tornando-se hegemônico e persistindo em subsistir, de certa forma, até hoje (Nadai, 1993).

Este modelo hegemônico do ensino de História surgiu e se constituiu a partir do momento que a História como disciplina escolar autônoma passou a existir no século XIX, na França, no seio dos movimentos de laicização da sociedade e do anseio de se constituir nações modernas. A historiadora Elza Nadai menciona a teoria de François Furet, acerca da genealogia da nação e do estado da mudança, onde esclarece que ambas subvertem, transformando campo privilegiado em relação ao que permanece estável, ou seja, categorias que foram suporte do discurso histórico recém-instituído: “a investigação das origens da civilização contemporâneas tem sentido através das sucessivas etapas de sua formação” (Furet, 132 *apud* 1993, Nadai).

No Brasil, a constituição da História como disciplina também ocorreu no interior de movimentos de organização do discurso laicizado da história universal, no qual a instituição escolar foi um espaço importante onde se travaram disputas entre o poder religioso e o laico. No campo pedagógico, a História evoluiu das dificuldades iniciais, ainda no século XIX, em se ter uma certa concordância do alcance, programa, objeto e método da história da civilização a

² Termo utilizado por Dominique Júlia em: (LOPES; MACEDO, 2002 *Apud* Fonseca, 2011).

um alinhamento com as duas vertentes, mencionadas anteriormente, apontadas na Europa no qual a história é vista como a nação e a civilização. Nesse sentido, a cultura clássica que já havia influenciado o caminho, desde o século XVIII, levou a exclusão da história setores das sociedades humanas considerados campos mais específicos, como as civilizações não europeias. Em contrapartida, em razão da decadência do latim como língua escolar, recuperou-se a Antiguidade greco-romana, mas desta vez como matéria a ser ensinada pela História (Furet, 135 *apud*. Nadai, 1993).

3 LEVANTAMENTO DAS PESQUISAS SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA (1946-1960)

Acerca do levantamento das teses e dissertações, constatou-se que as produções acadêmicas sobre o tema História do ensino de História, sob o recorte temporal de 1946 a 1960, correspondem a um quantitativo reduzido. São cinco teses e sete dissertações desenvolvidas em programas de pós-graduação de nove instituições. Sobretudo percebe-se como são mais escassos ainda os dados das produções acadêmicas acerca do objeto de estudo História do ensino de História do ensino primário, demonstrando como ainda é quase insignificante esse tipo de pesquisa nos programas de pós-graduação no Brasil. Os autores (as) que produziram pesquisas entre teses e dissertações sobre o tema dentro deste recorte temporal nos últimos vinte anos somam apenas nove (09): duas (02) dissertações (mestrado) defendidas no ano de 2010, uma pela PUC-SP e outra pela UnB; uma (01) dissertação (mestrado) defendida na UNICAMP no ano de 2020, entre as teses são apenas três (03): uma (01) defendida em 2011 pela UNESP e duas (02) em 2019, uma pela UFG e outra pela UERJ, e no âmbito da UFPA são três (03) dissertações (mestrado) defendidas nos anos de 2018 pelo PPEB e 2020, sendo uma pelo PPEB e outra pelo PPHIST.

Na perspectiva de apresentar e estabelecer um breve diálogo teórico acerca do que já se produziu e o que se tem pesquisado em nível de Pós-Graduação - *stricto sensu* - sobre o eixo temático história do ensino de História que guarde relação com o objeto de estudo “Ensino de história no ensino primário no estado do Pará (1946 - 1960)”, o quadro a seguir demonstra os resultados da busca na plataforma da capes pelos seguintes descritores: “ensino de História”, “ensino de História primário” e “História do ensino de história”.



Quadro 1 - Dissertações e Teses

INSTITUIÇÃO	ANO	AUTOR	TÍTULO	FONTES
PUC-SP	2010	BERNARDES, Rodolfo Calil	O ensino de história nas escolas secundária brasileiras (1942 – 1961)	BDTD/ Dissertações, 2022.
UnB	2010	FONTINELES, Flávia de Souza	Páginas na memória: livros didáticos e narrativas de experiências escolares no Brasil (1937 - 1956)	BDTD/ Dissertações, 2022.
UNICAMP	2020	VIANNA, Diogo Henrique	O ensino de História da América: currículo e livros didáticos na década de 1950	BDTD/ Dissertações, 2022.
UERJ	2019	ARRUDA, Cláudia Maria Calmon	Ensino de história e política em Angola (1950 – 1978)	BDTD/ teses, 2022.
UFG	2019	CARDOSO, Vanessa Clemente	A história do ensino de história e a formação da elite intelectual brasileira: uma análise a partir da história nova do Brasil (1963-1965)	BDTD/ teses, 2022.
UNESP	2011	MOREIRA, Kênia Hilda	O ensino de História do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica.	BDTD/ teses, 2022.
UFPA	2020	GOLOBOVANTE, Smile de Souza	Professora Maria Annunciada Ramos Chaves: contribuições para a História do Brasil e ao ensino de História no contexto do nacional-desenvolvimentismo.	PPEB/ Dissertações, 2022.
UFPA	2018	SANTOS, Ely Carlos Silva	O conteúdo da História de Soure/PA na disciplina integração social da ERC Instituto Stella Maris (1971-1988).	PPEB/ Dissertações, 2022.
UFPA	2020	NOVO, Leonardo Castro	Os índios no ensino escolar de História do Brasil: seus lugares, suas representações (séculos XIX-XXI)	PPHIST/ Dissertações, 2022.

Fonte: elaborado pelo autor.

Bernardes (2010), cujo a dissertação tem por título “O ensino de história nas escolas secundária brasileiras (1942 –1961)” defendida na PUC-SP, buscou caracterizar o ensino de história em nível secundário, entre os anos 1942 e 1961, período compreendido entre a reforma Capanema e a promulgação da primeira LDB em 1961. Além de localizar e analisar debates neste período referente ao ensino de história, utilizando como fontes textos normativos oficiais e artigos sobre o ensino de história, publicados nos seguintes periódicos: Atualidades pedagógicas, EBSA: documentário do ensino, Escola secundária, Revista brasileira de estudos pedagógicos, Revista de educação, Revista de história e Revista de pedagogia. Esta dissertação buscou compreender o ensino de história nas décadas de 1940 e 1950, analisando por meio das fontes como eram as configurações constituintes da disciplina escolar, caracterizada por Chervel e sintetizada por Bittencourt por: 1) finalidades, 2) conteúdos, 3) conteúdos de ensino e aprendizagem e 4) atividades de avaliação. Inferindo como funcionava o ensino de história nesse período, entretanto no âmbito nacional, especialmente no Estado de São Paulo.

Embora o recorte temporal da dissertação “Páginas na memória: livros didáticos e narrativas de experiências escolares no Brasil”, defendida na UnB no ano de 2010, inicie em 1937 e vá até 1956, foi relevante incluí-la no levantamento pela pesquisa alcançar o ensino primário no Brasil na primeira metade da década de 1950, onde buscou compreender os livros didáticos e as práticas educativas neste nível de ensino e como esses livros integravam a atmosfera político-cultural desse período. A pesquisa concentrou-se numa análise compreensiva dos livros didáticos editados para o nível primário, tendo como método a pesquisa histórica com as fontes orais, por meio das narrativas de memórias ouvidas de pessoas que frequentaram o ensino primário desse período. A dissertação localizou-se no levantamento pelas palavras-chave “ensino de história primário”, pela BDTD, e seu estudo se deu em âmbito nacional.

Pelo fato de passarmos longo tempo da infância e juventude obtendo experiências escolares, como alunos, acaba-se por se naturalizar termos e palavras sem que se reflita os seus reais significados e impactos na vida escolar, naturalizando algo que não é natural. Um bom exemplo a se dar é o conceito de “disciplinas escolares”, por isso é tão relevante questionar a natureza dos conhecimentos escolares e os conceitos que permeiam esses conhecimentos é tão relevante (Brauna, 2022, p. 23-24). Estes conhecimentos reúnem-se em um dos principais instrumentos de trabalho do professor primário, até a atualidade, o livro didático.



Vianna (2020), focaliza em sua dissertação, intitulada “O ensino de História da América: currículo e livros didáticos na década de 1950” defendida na UNICAMP no ano de 2020, discussão acerca da relevância do ensino de História da América nas escolas secundárias, que segundo o autor fora uma ideia implementada na década de 1950. A investigação buscou compreender o conjunto de debates nacionais e internacionais mais relevantes na década de 1940 (pan-americanismo, identidade nacional, promoção da paz e entendimento entre os povos), estendendo-se até a década de 1950, na perspectiva das disputas por hegemonia curricular e das concepções para o ensino de História, abrangendo os conteúdos nocivos e a produção de livros didáticos. A discussão em contexto nacional contempla a transição e as particularidades de um governo democrático após o fim de um autoritário varguista, nesse processo histórico que efetivou o ensino de História. Metodologicamente, este trabalho dialoga com referenciais teórico-metodológico da história da educação e cultural.

Saviani (2013), menciona que pelas atividades da escola básica organizarem-se a partir da premissa de que sua existência deve propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado, ou seja, o da ciência, e considerando que essa organização na escola elementar se chame de currículo, sua elaboração dar-se a partir da cultura erudita e letrada, o que acabam por serem esquecidos ou ocultados problemas que escapam à atenção, neutralizando os efeitos da escola no processo de democratização.

Gesser (2002, p. 70) ratifica esse contexto dizendo que “esse fenômeno histórico tem se repetido inúmeras vezes de acordo com cada momento do desenvolvimento econômico, estrutural e político”. Tem-se designadamente por meio do ensino de história, como por exemplo nos tempos da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), em alguns livros didáticos, mencionando este fato histórico como “Revolução” e outros, “Golpe civil-militar”. O ensino de história é, por vezes, implantado pelo Estado a título de projeto de sociedade, o que propicia compreender, por meio da historiografia, algumas práticas educativas e a histórica desvalorização docente nos sistemas de ensino do Brasil.

Em relação às teses, Arruda (2019) em sua tese de doutorado intitulada “Ensino de história e política em Angola (1950 – 1978)”, defendida no ano de 2019 pela UERJ, procura entender o processo de construção do ensino de História em Angola pelo Movimento pela Libertação de Angola (MPLA) a partir do entrelaçamento deste campo com a história política, sob o recorte temporal de 1950 a 1978. A pesquisa histórica concentrou a investigação na produção intelectual iniciada por um grupo de militantes nacionalistas responsáveis pela



elaboração de textos didáticos, disseminados durante a luta anticolonial. De acordo com Arruda (2019), os manuais escolares angolanos recuperam a tradição novecentista de vincular o ensino de história à moral e aos deveres cívicos.

O termo disciplina se funde com a ideia de educação mais ampla, o que por “disciplinar o espírito” incluem-se objetivos de formação de comportamento, valores, atitudes (Brauna, 2022, p. 25). Nessa perspectiva o debate acerca das concepções de História tem influenciado os apontamentos sobre o ensino de História nos últimos sessenta anos, relacionados às questões teórico-metodológicas, aspectos ligados à formação dos professores, manuais e livros didáticos, por fim à história e cultura africana e afrodescendente. Bem como, as discussões onde se abordaram o ensino de História passaram por significativas mudanças no seu objeto desde o início do século XX.

Cardoso (2019), na tese “A história do ensino de história e a formação da elite intelectual brasileira: uma análise a partir da história nova do Brasil (1963-1965)”, defendida no ano 2019 pela UFG, investigou a história da elaboração e da escrita da história recente do Brasil bem como a formação da elite intelectual brasileira a partir da coleção *História Nova do Brasil*, - publicada em janeiro de 1964 pela Campanha de Assistência ao Estudante (Caes), porém ao ser associada ao comunismo internacional e receberem pareceres desfavoráveis da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), do Estado-Maior do exército e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), juntamente com editoriais dos principais jornais da época e com a instauração da ditadura civil-militar, os livros foram recolhidos, queimados e proibidos de serem comercializados – para isso, a autora considerou as produções historiográficas sobre o ensino de História das décadas de 1950 e 1960 vinculadas à Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi da U.B), à Universidade de São Paulo (USP) e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), além de averiguar a recepção dos manuais escolares, por meio dos pareceres desfavoráveis das Agências e Institutos mencionados. Utilizou a análise das fontes, percebendo que houve uma disputa pela produção simbólica por meio da crítica da ordem estabelecida pela classe dominante representada na historiografia oficial e pelos professores catedráticos da própria Universidade do Brasil (U.B). Ademais, mediante os inquéritos notou-se a tentativa de incriminar os autores como meio de atingir e conseguir provas de associação do General reformado do exército e intelectual de esquerda Nelson Werneck Sodré, ao Comunismo Internacional.



É possível observar que historicamente a educação, se adequou às mudanças de regime e governo, atendendo aos interesses inerentes às concepções de educação e políticas educacionais de formação almejados. No Brasil houve ocorrências por meio do ensino de história, à medida que o projeto proposto para o Ensino de história em meados do século XIX até a Proclamação da República, consistiu em preparar as elites para exercício do poder e para a direção da sociedade. (Nadai, 1984 *apud* Siqueira *et al.*)

Moreira (2011), em sua tese defendida em 2011 pela UNESP, intitulada “O ensino de História do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos: análise historiográfica e didático-pedagógica”, investiga os conteúdos historiográficos e didático-pedagógicos de oito obras didáticas de história do Brasil, destinadas ao ensino secundário, em circulação no campo educacional brasileiro no período de 1889 a 1950. Metodologicamente realizou análise dos conteúdos historiográficos na perspectiva das mudanças e permanências concernentes aos conteúdos do livro didático de história do Brasil no período delimitado, objetivando contribuir para ampliar a reflexão sobre o estado atual da produção didática e do ensino de história do Brasil.

No território do ensino de História sempre ocorreram disputas e, particularmente as novas concepções pedagógicas e historiográficas, o que implica ressaltar que no campo do conhecimento e das iniciativas pedagógicas existe permanências que trazem para o campo da educação disputas de poder, especificamente por meio do ensino de História, à medida que “o campo do conhecimento sempre foi tenso, dinâmico, aberto à dúvida, à revisão e superação de concepções e teorias contestadas por novas indagações que vêm do real” (Arroyo, 2014, p.38). Conforme o historiador Laville (1999), basta examinarmos os programas propostos e o discurso com o qual é apresentado o ensino de História até hoje.

Golobovante (2020), objetivou em sua dissertação “Professora Maria Annunciada Ramos Chaves: contribuições para a História do Brasil e ao ensino de História no contexto do nacional-desenvolvimentismo”, defendida no ano de 2020 na UFPA pelo PPEB, compreender qual foi a contribuição da Professora Annunciada Chaves para a História do Brasil e para o ensino de História no contexto nacional-desenvolvimentista que o país estava, apresentando a conjuntura política e educacional das concepções historiográficas e do ensino de História no período de 1945 a 1964. Para isso, o autor estabeleceu procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental no arquivo do colégio Paes de Carvalho e no acervo

memorial do livro morôngueta, realizando análise das fontes documentais na perspectiva de análise de conteúdo segundo Bardin (2011).

Nesse sentido, a dissertação aprofundou estudos acerca da contribuição de uma intelectual local para o ensino de História, a partir da redemocratização brasileira, à medida que o ensino de História é consagrado como espaço fértil para interesses com objetivos diversos que remetem à educação básica até a atualidade. É nessa perspectiva que Fonseca (2011, p. 3-4) diz que:

O estudo da história do ensino de História pode esclarecer muito mais do que se imagina sobre as questões que envolvem o trabalho de historiadores e de professores, questões que vêm se acumulando nos cantos das salas de aulas, que atropelam o caminho desses profissionais e que nem sempre podem ser respondidas pela observação direta e pela reflexão sobre o fazer cotidiano. Pensar o ensino de História na sua historicidade significa buscar, se não soluções definitivas, ao menos uma compreensão mais clara sobre o que significa, hoje, ensinar História nas escolas.

Santos (2018), objetivou em sua dissertação, intitulada “O conteúdo da História de Soure/PA na disciplina integração social da ERC Instituto Stella Maris (1971-1988)”, compreender o percurso histórico do ensino da história do município de Soure/PA nos anos iniciais do ensino fundamental; incidindo como recorte temporal a partir do ano de 1971, com a promulgação da Lei nº 5.692/71, até o ano de 1988, com as mudanças pós ditadura civil militar no Pará.

Azevedo e Stamatto (2010), declaram que “entre os referenciais da Psicologia, no Brasil, em meados do século XX, encontra-se o behaviorismo em que o professor gera o comportamento, reforça os desejáveis e ignora os indesejáveis. O desenvolvimento ocorre por condicionamento e repetição. A aprendizagem consiste em uma reação a estímulos externos” (p. 706), que no Brasil se conhece por Tecnicismo, implementada, inclusive, via normatização pelas reformas educacionais de 1968 e 1971 (Leis 5.540/68 e 5.692/71), pela ditadura civil-militar. Nesse sentido, o ensino de História obteve drásticas consequências, à medida que esta concepção preza pela valorização da objetividade em detrimento de qualquer subjetividade, ou seja, excluía-se a reflexão e a criticidade das disciplinas escolares.

A este nível de ensino e contexto histórico, pode-se ainda ressaltar algumas dificuldades que o ensino de História nos anos iniciais enfrenta: a restrição do ensino de História às datas comemorativas; a falta de um planejamento curricular adequado para direcionar esse ensino; e o processo de ensino aprendizagem feito de forma linear, mecanizada e descontextualizada

(Assis, 2021, *apud* Assis, et. 2022). Motivos que ratificam a relevância de se analisar e refletir a disciplina de História para o ensino primário elementar da educação básica.

Novo (2020), buscou compreender a partir de uma análise diacrônica, como o ensino escolar de História do Brasil abordou a temática indígena em alguns períodos específicos entre meados do século XIX ao início do XXI; o objetivo principal é entender que lugar e que representações foram atribuídos aos povos indígenas, no ensino escolar de História do Brasil; recorte temporal: ingresso da disciplina de História na educação básica brasileira por volta de meados do Oitocentos até o ano de 2015 (ano de publicação das últimas obras didáticas analisadas)

Nesse contexto histórico, é oportuno mencionar, que a relevância legada aos jesuítas não se restringiu a um projeto missionário, de certa forma subsidiava um projeto colonizador-civilizador português e ao campo educacional, pois os alunos recebiam uma preparação humanística, a fim de ingressar nas Universidades portuguesas de Évora e Coimbra. Nesse período (fins do século XVI), é possível identificar compêndios didáticos para o ensino de história, no entanto, o fato de os jesuítas ensinarem temas de História em suas escolas nos séculos XVII e XVIII não significa que este conhecimento fosse reconhecido como disciplina escolar segundo a definição contemporânea que dela temos, à medida que não agregavam um conjunto organizado de saberes, procedimentos e finalidades específicas para se constituir como “história científica” (Farias, 2013).

4 CONCLUSÃO

Diante das diversas tentativas de se utilizar a educação como instrumento de interesses de formação social para o capital, o que acarreta priorizar parâmetros para uma organização curricular que anseie tal objetivo, é preciso que o ensino de História na educação básica se posicione frente a qualquer sinal ideológico dominante que nutra relações hegemônicas de poder para manutenção de um ensino tradicional que dificulte a superação dessas tendências dominantes. Desse modo, a escola básica e os profissionais que têm o contato direto com os educandos podem recorrer às contribuições da historiografia para a compreensão de possíveis retrocessos e conquistas na sociedade para a educação no ensino fundamental, a fim de acompanhar e assessorar o ensino crítico, e a História como uma disciplina que demonstre que



suas temáticas podem estar relacionadas com o cotidiano do aluno, além das concepções políticas e educacionais de um determinado período do passado.

Pelas razões mencionadas, é relevante aprofundar estudos acerca de debates e disputas sobre o ensino de História, a partir dos períodos das redemocratizações brasileira, pois o ensino de História é consagrado como espaço fértil em tentativas de utilizá-la como instrumento de disciplinarização social por meio da educação básica até os dias atuais.

Sobre o levantamento das teses e dissertações, constatou-se que as produções acadêmicas sobre o tema História do ensino de História, sob o recorte temporal de 1946 a 1961, correspondem a um quantitativo reduzido. No âmbito do que se produziu sobre a temática, das leituras flutuantes que foram realizadas, destacam-se a distribuição de investigações no Brasil e as especificidades de cada região, primordialmente, acerca do ensino secundário, demonstrando a necessidade de mais estudos acerca da temática no âmbito do ensino primário e local. Ao mesmo tempo, as produções coletadas evidenciam relevantes caminhos para a pesquisa e o desenvolvimento da história do ensino de História no campo da História e da historiografia da educação básica no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Editora Vozes Limitada. 2014.

ARRUDA, C. M. C. **Ensino de história e política em Angola (1950 – 1978)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. p. 144. 2019.

ASSIS, G. A. de; RUCKSTADTER, V. C. M; NODA, M. **Ensino de História na formação das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental: desafios e possibilidades**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, SP. v. 22. P. 1-15. 2022

AZEVEDO, C. B.; STAMATTO, M. I. S. **Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil**. Antíteses, vol. 3, n. 6, jul.-dez. de 2010, pp. 703-728 <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>.

BERNARDES, R. C. **O ensino de história nas escolas secundária brasileiras (1942 – 1961)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade – Pontífica Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, p. 98. 2010.

BRAUNA, Diogo dos Santos. **Lições da história ensinada: o livro didático e a história do Brasil entre práticas, representações e apropriações**. São Paulo: editora dialética, 2022.



CARDOSO, V. C. **A história do ensino de história e a formação da elite intelectual brasileira**: uma análise a partir da história nova do Brasil (1963-1965). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de História - Programa de Pós-graduação em História - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, p. 362. 2019.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Disponível em: Chervel.pdf (usp.br) Acesso em: 08-12-2022

FARIAS JR., J. P. de. **Ensino de história**: trajetórias de uma disciplina na educação básica. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/> . Acesso em: 07-01-2023

FONSECA, T. N. de L e. **História e ensino de história**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FONTINELES, Flávia de Souza. **Páginas na memória**: livros didáticos e narrativas de experiências escolares no Brasil (1937 - 1956). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – Programa de Pós-graduação em Educação. Brasília, p. 240. 2010.

GESSER, V. **A evolução histórica do currículo**: dos primórdios à atualidade. Contrapontos - ano 2 - n. 4 - Itajaí, Jan/ abr. 2002.

GOLOBOVANTE, S. de S. **Professora Maria Annunciada Ramos Chaves**: contribuições para a História do Brasil e ao ensino de História no contexto do nacional-desenvolvimentismo. Dissertação (Mestrado em Escola Básica) – Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica – Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica. Belém, PA. p. 117. 2020.

LAVILLE, C. **A guerra das narrativas**: debates e ilusões em torno do ensino de História. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.19, n.38, p. 125-138, 1999.

MOREIRA, K. H. **O ensino de História do Brasil no contexto republicano de 1889 a 1950 pelos livros didáticos**: análise historiográfica e didático-pedagógica. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, SP. p. 235. 2011.

NOVO, L. C. **Os índios no ensino escolar de História do Brasil**: seus lugares, suas representações (séculos XIX-XXI). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia - Universidade Federal do Pará. Belém, PA. p. 261 .2020.

SANTOS, E. C. S. **O conteúdo da História de Soure/PA na disciplina integração social da ERC Instituto Stella Maris (1971-1988)**. Dissertação (Mestrado em Escola Básica) – Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica – Programa de Pós-graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica – Universidade Federal do Pará. Belém, PA. p. 153. 2018.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico - Crítica**. 11ª edição Revista. Campinas, SP. Autores associados, 2013.



SIQUEIRA, B. B; e SOUZA, J. R. de. **As transformações na historiografia e no ensino de história a partir do século XX**. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/ acesso em: 07-01-2022.

VIANNA, D. H. **O ensino de História da América**: currículo e livros didáticos na década de 1950. Dissertação (Mestrado Educação) – Faculdade de Educação - Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 169. 2020.

Artigo recebido em: 14/03/2024

Artigo aprovado em: 23/05/2024